

ATUAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA GOVERNAMENTAL DAS ENTIDADES DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL

PERFORMANCE AND GOVERNMENTAL INTERDEPENDENCE OF FEDERAL PUBLIC UTILITY ENTITIES

Taciana Rodrigues de Souza¹
Josiane Brighenti²
Edilson Sidnei Padilha³
Fabricia Silva da Rosa⁴

RESUMO: O objetivo do estudo consiste em verificar a atuação e interdependência governamental das entidades de utilidade pública federal das capitais da região sul e sudeste do Brasil. Desse modo, a amostra constituiu-se de 135 observações, sendo 29 em 2010, 48 em 2011 e 58 em 2012. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa com análise de conteúdo e análise descritiva dos dados por meio do software SPSS®. Os resultados mostram que, no que se refere à atuação, a maior parte das entidades de Utilidade Pública Federal analisadas têm abrangência municipal. No que se refere à quantidade de beneficiários observou-se que ocorreu uma evolução no período analisado. No que tange à interdependência governamental conclui-se que, de maneira geral, as entidades de Utilidade Pública Federal analisadas não dependem exclusivamente dos recursos públicos para desenvolverem suas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Entidades. Utilidade pública federal. Terceiro setor.

ABSTRACT: *The purpose of the study is to verify the operation and interdependence of governmental entities of the federal public utility capital of the southern and southeastern Brazil. Thus, the research was characterized as descriptive, document and quantitative and the sample consisted of 135 observations, 29 in 2010, 48 in 2011 and 58 in 2012. The results show that, with regard to performance, the most entities analyzed have Federal Public Utility municipal coverage. As regards the quantity of recipients was observed that there was a trend in the period. Regarding government interdependence is concluded that, in general, entities of Federal Public Utility analyzed don't depend exclusively on public funds to develop their activities.*

KEYWORDS: *Entities. Federal public utility. Third sector.*

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais a sociedade vem despertando interesse para a atuação e contribuição das entidades de terceiro setor no Brasil. De maneira geral, o segmento que compreende as

1 Bacharel em Ciências Contábeis com ênfase Controladoria e Finanças (PUC/RS). Aluna do curso *stricto sensu* em Ciências Contábeis - FURB. Email: taciana.rodrigues.souza@gmail.com

2 Bacharel em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ). Especialista em auditoria e perícia contábil (UNOCHAPECÓ). Aluna do curso *stricto sensu* em Ciências Contábeis - FURB. Email: josianebrighenti@gmail.com

3 Bacharel em Ciências Contábeis (UNIFEBE). Especialista em Contabilidade Tributária (UNIFEBE). Aluno do curso *stricto sensu* em Ciências Contábeis - FURB. Email: edilson@unifebe.edu.br

4 Bacharel em Ciências Contábeis (UFSC). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC). Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC). Doutorado em Contabilidade Sanduíche Valencia/Espanha - Pós-doutorado em Contabilidade - PPGC - UFSC. E-mail: fabricia@cse.ufsc.br

organizações sem fins lucrativos, genericamente denominado de Terceiro Setor, sempre esteve em uma “zona nebulosa”, de difícil conceituação tanto na ótica das teorias econômicas quanto das teorias organizacionais (FISCHER; FALCONER, 1998).

Nesse sentido, o termo “terceiro setor” tem sido utilizado para representar o conjunto de iniciativas da sociedade, voltadas, à produção de bens públicos. Por mais que essa expressão prevaleça para designar as entidades com tal finalidade, no Brasil essa expressão divide o palco com uma dezena de outros, como não governamental, sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas, de base, associativas, dentre outras (FALCONER, 1999).

Pode-se dizer que em todo o mundo as organizações voluntárias e sem fins lucrativos tem se destacado. Associações, fundações e outras entidades com características semelhantes foram criadas, a fim de atender múltiplos objetivos e necessidades ainda não atendidos pelo Estado. Tais entidades têm a finalidade de prestar serviços sociais à comunidade, defender os direitos civis, realizar ações em prol do meio ambiente, promover o desenvolvimento econômico e político, etc. (SALAMON; ANHEIER, 1998).

No Brasil, o destaque ao terceiro setor é recente, as questões relacionadas ao papel do voluntariado, do associativismo ou da filantropia foram por muito tempo assuntos que despertavam pouco interesse. A partir da redemocratização originada pelos movimentos sociais, em que surgiram entidades que procuravam substituir ou complementar o papel do Estado na tentativa de estabelecer um equilíbrio social, foi que o terceiro setor despertou a atenção e o interesse no país (TEIXEIRA, 2003).

A partir do interesse que o terceiro setor despertou na sociedade pode constatar um crescimento e disseminação de seus objetivos tanto no Brasil quando no mundo. Para Fischer (2005) o crescimento do terceiro setor, apontou uma tendência positiva de fortalecimento da sociedade civil na esfera brasileira. Na concepção de Olak e Nascimento (2010), as organizações sem fins lucrativos desenvolvem funções cada vez mais amplas e relevantes na sociedade moderna, o que as torna cada vez mais necessárias.

No contexto do terceiro setor têm-se as entidades de Utilidade Pública Federal. De acordo com o Ministério da Justiça (2014) podem ser reconhecidas como de Utilidade Pública Federal as entidades sem fins lucrativos (associações e fundações), constituídas legalmente no Brasil que promovam a educação ou que exerçam atividade de pesquisa científica, cultura, artística ou filantrópica, e que apresentem relatórios circunstanciados. Para obtenção do título as entidades precisam apresentar relatórios circunstanciados dos três anos antecedentes à formulação do pedido.

Ainda conforme o Ministério da Justiça (2014) é concedido o título de Utilidade Pública Federal às associações e fundações que servem desinteressadamente à sociedade. Desta declaração de UPF não incide benefícios ou vantagens à entidade; e a principal finalidade é o reconhecimento do caráter de entidade de Utilidade Pública Federal.

Salamon (1998) destaca que o relacionamento entre o Estado e o Terceiro Setor se caracterizou mais por cooperação ou parceria do que por conflito, na medida em que o estado auxilia ou repassa verbas a essas organizações. Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: como se configura a atuação e interdependência governamental das entidades de utilidade pública federal das capitais da região sul e sudeste do Brasil? A fim de responder tal problemática o objetivo deste estudo consiste em verificar a atuação e interdependência governamental das entidades de utilidade pública federal das capitais da região sul e sudeste do Brasil.

O estudo justifica-se pela relevância que as entidades de terceiro setor têm para a sociedade brasileira. Os estudos acerca das entidades de Utilidade Pública Federal ainda são escassos, dessa forma vê-se uma lacuna para pesquisar tais entidades. A contribuição do estudo refere-se ao fato de demonstrar a configuração da atuação dessas entidades e se existe de fato uma interdependência governamental dessas entidades, dessa forma agregando ao âmbito da literatura que aborda as entidades de terceiro setor no Brasil.

2 ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

O terceiro setor tem ganhado importância na literatura nos últimos anos. As entidades que o compõem despertaram o interesse de pesquisadores, bem como da sociedade como um todo, que passou a olhar de maneira mais intensa as ações desenvolvidas e os propósitos pelos quais atuam.

A expressão Terceiro Setor, traduzida do inglês *Third Sector*, foi difundida nos Estados Unidos e é utilizada juntamente com as expressões como: *nonprofit* (organizações sem fins lucrativos) ou *voluntary sector* (setor voluntário). Legalmente, na Inglaterra, a expressão *charities* (caridades) ressalta o comprometimento religioso das primeiras atuações comunitárias. Um conceito mais humanista e mais moderno dessa antiga caridade de cunho religioso remete ao termo *philantropy* (filantropia) que surge, também, com determinada frequência. Além dessas nomenclaturas, há o predomínio, na Europa Continental, do termo organizações não governamentais, que em português é conhecida como a sigla ONGs. Já na América Latina e no Brasil, utiliza-se a terminologia sociedade civil (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo Fischer e Falconer (1998), quando se observa o comportamento das organizações sem fins lucrativos, genericamente denominados de Terceiro Setor, percebe-se que há uma falta de precisão conceitual, ou seja, não existe uma definição unânime e clara quanto ao termo para designar as entidades que pertencem ao Terceiro Setor. Hudson (2004), o define como entidades que têm como principal objetivo as questões sociais e não questões econômicas. Para explicitar, é composta por organizações de caridades envolvidas com as artes, a religião, a comunidades. Além disso, são as associações profissionais, os sindicatos e outras relacionadas ao voluntariado, que são mantidas e criadas por indivíduos que acreditam que possam tomar providências para mudar o que é necessário.

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos que são instituídas e sustentadas pela ênfase na participação voluntária, em um âmbito não governamental, o que dá continuidade às tradicionais práticas da filantropia, da caridade e do mecenato. Nesse sentido, expandem-se para outras esferas, devido, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e das diversas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1995).

Neste setor, há uma complementação do papel do estado, segundo Salamon (1998). Os indivíduos estão criando as fundações, as associações e as instituições semelhantes com o objetivo de defender os direitos, prestar serviços, desenvolver a economia da região, preservar o ambiente e outras finalidades sociais que são de responsabilidade do estado, porém não são atendidas. Para Vilanova (2004) refere-se a um conjunto de empresas privadas que realizam atividades com o intuito de prestar serviços que são considerados de interesse público, no que se reverte para a sociedade os resultados que são alcançados.

Nessas entidades, conforme salienta Olak (1996), há quatro características que são consideradas principais. A primeira característica refere-se ao lucro ou superávit. O lucro serve para que a empresa possa dar continuidade e cumprir com seus propósitos institucionais e não é a razão de existir. A segunda destaca que o seu propósito está atrelado, especificamente às questões de provocar mudanças na sociedade. A terceira aponta que o patrimônio compete à sociedade de modo geral e que os membros ou qualquer indivíduo que a mantenha receba qualquer parcela por participação econômica. E, por fim, a quarta característica salienta que as doações, subvenções e contribuições são consideradas como fontes principais dos recursos materiais, financeiros e econômicos.

Ao referirem-se às organizações do terceiro setor, Souza et al., (2012) enfatizam que os direitos dos cidadãos, previstos na constituição federal, são assistidos pelos serviços prestados por essas entidades, dando importância à sociedade. O governo concede o título de Utilidade Pública Federal às entidades que servem ao coletivo, como atendimento na área da saúde, educação, social e cultural. Para tanto, os serviços devem ser oferecidos ao público em geral e não apenas aos associados, sem desigualdade de etnia, doutrina, aparência ou persuasão política.

Para Aiolfi et al., (2009) são reconhecidas pela União como entidades de Utilidade Pública Federal as entidades que promovam atividades sem hegemonia ou distinção, como culturais, artísticas, filantrópicas, pesquisas científicas ou educação, no sentido geral, prestando serviços relevantes, que não buscam benefícios ou vantagens. Borges (2008) salienta que as Entidades de Utilidade Públicas devem promover ações de proteção à família, amparo às crianças e adolescentes carentes, maternidade, habitação, reabilitação e integração à vida e ao mercado de trabalho, além de promoção da cultura e outros.

2.1 ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E CONTEXTO NO BRASIL

As abordagens sobre o terceiro setor são recentes tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Como exemplo disso, nos Estados Unidos onde o setor sem fins lucrativos é mais enraizado, poucos estudos foram realizados antes da década de 1980, e mais disseminados na década de 1990. No Brasil, em meados de 1990, é que o terceiro setor ganhou força e, vários termos passaram a ser utilizados para designar essas entidades, tais como não governamental, sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas, associativas, dentre outros (FALCONER, 1999).

O terceiro setor nasceu no Brasil, sob a ótica da parceria entre as entidades, empresas privadas e o governo, surgiu com a promessa de renovar o espaço público, resgatar a solidariedade e a cidadania, a humanização do capitalismo e, como utopia, a superação da pobreza, tudo isso por meio do voluntariado e filantropia, com uma sustentação mais empresarial. Já nos Estados Unidos, as entidades de terceiro setor surgiram como uma tentativa de demarcar a diferença e proclamar independência dos outros setores (FALCONER, 1999).

O surgimento do terceiro setor no Brasil, e também no mundo tem constituído um grande desafio perante as várias ações que devem ser feitas em prol das comunidades desprovidas de meios de sobrevivência ou menos favorecidas. As organizações desse setor têm como principal desafio fazer o que o setor público e as empresas privadas e a própria sociedade não conseguem realizar. A assistência às comunidades menos favorecidas têm se tornado algo complexo e também desafiador, principalmente, para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (MAÑAS; MEDEIROS, 2012).

A questão social no Brasil consiste em encontrar formas que vão além de reinserir as pessoas no sistema social, mas que estejam voltadas para impedir que novos sujeitos sociais tornem-se dependentes do assistencialismo. As organizações de terceiro setor, ao definir a área em que vão atuar e, ao delimitar a população que será alvo de suas atividades, estão também de certa forma, apresentando sua representação da questão social e o que pretendem fazer como contribuição para evitar a “explosão” ou declínio da sociedade. (CARRION, 2000).

Falconer (1999) reforça a ideia da disseminação desse setor e enfatiza que no Brasil, o terceiro setor é mais do que um modelo fundamentado na teoria organizacional, política ou sociológica, ele instiga a reflexão, mobilização de recursos e ações, e que esse crescente interesse pelo terceiro setor, ou organizações sem fins lucrativos, é reflexo de um conjunto de tendências como a responsabilidade social e cidadania por parte das empresas privadas, dos programas de reforma do Estado baseados nos pilares de descentralização política e administrativa e, o movimento de progressiva democratização da sociedade brasileira.

As entidades de terceiro setor são dos mais variados tipos e realizam serviços voltados para a sociedade, existem diversos grupos e atuam em áreas como cultura e recreação; educação e pesquisa; saúde; serviços sociais; meio ambiente; desenvolvimento e habitação; lei, direito e política; intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado; atividades internacionais; religião; associações profissionais e sindicatos; dentre outros (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

O crescimento do terceiro setor na esfera brasileira apontou uma tendência positiva de fortalecimento da sociedade civil. Por meio de fundações, associações, organizações filantrópicas,

institutos empresariais, dentre outras formas organizativas, a sociedade civil tem se manifestado como um polo eficaz de atuação social. Também, a conscientização empresarial acerca do cenário da pobreza e desigualdade tem contribuído para esse crescimento e fortalecimento, pois as condições socioeconômicas do país podem ser fortes limitadores das perspectivas de rentabilidade de seus negócios (FISCHER, 2005).

Com esse crescimento do terceiro setor algumas transformações ocorreram em aspectos relacionados ao voluntariado, estatuto e gestão, com isso surgiram preocupações, sobretudo, quanto à busca por profissionalização da gestão dessas entidades. O aprimoramento das funções gerenciais é imprescindível às organizações do terceiro setor, para que alcancem seus objetivos e executem seus projetos, a profissionalização da gestão é necessária, o aperfeiçoamento profissional dos membros que a compõem também é imprescindível para que saibam conduzir essas entidades a fim de superar os desafios como escassez de recurso, impostos na realidade do país (SOARES; MELO, 2009).

Contribuindo com essa visão, Mañas e Medeiros (2012) salientam que o crescimento do terceiro setor é surpreendente em todo o mundo e demonstra o envolvimento de muitos colaboradores, inclusive boa parte da sociedade e, não se restringe somente aos setores públicos e privados. O grande volume de recursos que circula nesse setor não pode deixar de ter uma aplicação pautada em planejamento bem estruturado, para que as finalidades das ações sejam atingidas, para isso, é necessário que os dirigentes de instituições sociais, possam dispor de capacidade técnica e gerencial, de modo a fazer com que os recursos aplicados sejam bem direcionados e gerenciados a ponto de garantir resultados eficazes.

A Constituição brasileira é favorável à criação de entidades sem fins lucrativos, sejam elas associações ou fundações. A qualificação da titulação dessas instituições é realizada por meio do fornecimento de registros e títulos para diferenciar as associações e designar se é de utilidade pública ou filantrópica. O Estado concede a essas organizações condições especiais como isenções, imunidades, taxas, impostos e realização de projetos (FERRAREZI, 2001).

Ainda de acordo com Ferrarezi (2001) foi a Lei nº 91 de 1935, que criou a Declaração de Utilidade Pública, inicialmente era apenas um título honorífico, mas com o passar do tempo outras leis e atos administrativos passaram a exigir esse título para receber benefícios do governo e condições especiais tributárias. Assim, as organizações de Utilidade Pública Federal foram se expandindo e ganhando importância na sociedade brasileira.

2.2 TEORIA DE SALAMON

O terceiro setor representa uma importante rede de organizações privadas autônomas, não voltadas à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, atendendo propósitos públicos, embora obedientes das normas do Estado. A proliferação desses grupos pode alterar permanentemente a relação entre os Estados e seus cidadãos, com impacto maior do que os resultados dos serviços para os quais foram criados. O seu crescimento decorre de necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, instituições e governos (SALAMON, 1998).

Esse incremento, conforme destaca Salamon (1998), reflete em mudanças sociais e tecnológicas, aliado à contínua crise de confiança na capacidade do Estado. As mudanças históricas de longo alcance abriram o caminho para que instituições alternativas possam atender melhor às necessidades humanas. Com sua pequena escala, flexibilidade e capacidade de canalizar a participação popular, as organizações privadas sem fins lucrativos estão melhores capacitadas para preencher esse espaço.

O que domina o campo teórico das entidades sem fins lucrativos é a conciliação entre a teoria econômica clássica e a persistência dessas organizações. A teoria da falha do governo é um aspecto reconhecido pela teoria econômica no qual o governo ou o mercado possui limitações inerentes à capacidade de fornecimento de bem públicos em quantidade que seja suficiente para

toda a população, ou mesmo, que as pessoas não precisem pagar por esses bens. Em algumas circunstâncias, os indivíduos se voltarão para entidades sem fins lucrativos quando, nem o mercado e nem o Estado pode garantir o fornecimento dos bens públicos para a sociedade (WEISBROD, 1977).

As dificuldades sociais ocorrem em todos os países. De acordo com Santos, Oliveira e Rocha (2013), isso independe da situação econômica, embora sejam mais frequentes em nações em desenvolvimento. Nota-se o crescimento da miséria, da concentração de renda, das disparidades sociais, do desemprego, da fome, da desnutrição e da mortalidade infantil. Nesse aspecto, os movimentos sociais são uma tentativa de pressionar a classe política, e reivindicar os direitos dos cidadãos, deixando de ser simples espectador.

A teoria da falha do governo ou da deficiência do mercado sustenta que há conflitos na relação entre o Estado e o setor sem fins lucrativos. Nesse sentido, por um lado, a chamada persistência das entidades sem fins lucrativos é considerada um subproduto das limitações que são inerentes ao estado, quando se analisa a melhor das hipóteses. Por outro lado, quando se analisa a pior das hipóteses, a persistência é um subproduto do Estado a partir do momento que não o governo não é capaz de destruir todas as bases da diversidade e do pluralismo. Portanto, a presença extensiva do setor sem fins lucrativos, dependendo da convicção política de quem observa, pode ser vista como sendo benéfica para a liberdade ou mesmo a negação do que deveria ser uma proteção básica para a sociedade. Sob esse ponto de vista, as entidades do terceiro setor são persistentes fontes de desigualdade (SALAMON; ANHEIER, 1998).

As organizações do terceiro setor estão preenchendo lacunas deixadas por outros setores da sociedade, gerando empregos, renda, defendendo diversos interesses da sociedade, e dessa forma, atingindo grande importância (PACE, 2009). Assim sendo, as ONGs têm vantagens inerentes sobre os governos na sua capacidade de fornecer certos serviços e pode ser mais adaptável a requisitos locais, bem como mais confiável aos olhos de seus públicos. Questões como: cuidados, saúde preventiva e planejamento familiar são particularmente passíveis de administração do Terceiro Setor. Quanto maior for a reputação da organização não governamental e melhor sua integridade, mais valorizada será como uma fonte alternativa de prestação de serviços (HENDERSON, 1997).

Salamon (1998) apresenta que as entidades de terceiro setor surgiram mediante a organização da sociedade para suprir a necessidade de bens públicos que o governo ou o Estado não conseguiam atender, estavam mais presentes onde o governo estava mais ausente. No entanto, ressalta que o relacionamento entre o Estado e o Terceiro Setor se caracterizou mais por cooperação ou parceria do que por conflito, na medida em que o estado auxilia ou repassa verbas a essas organizações. Porém, o desafio ou a tarefa para as organizações de terceiro setor é preservar sua autonomia e independência, mesmo com o suporte legal e financeiro recebido do governo.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

A pesquisa caracteriza-se quanto ao objetivo, como descritiva, quanto aos procedimentos, é documental e, quanto à análise dos dados, é quantitativa. Conforme Gil, (2009), a pesquisa descritiva tem como intuito descrever as características de um fenômeno, uma população ou um estabelecimento referente ao relacionamento entre variáveis, também, objetiva estudar as características de um grupo.

O procedimento documental, conforme Martins e Theóphilo (2007) é característico das pesquisas que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Quanto ao método quantitativo, Richardson et al., (2008) destacam que sua utilização tem por finalidade obter informações precisas, de modo a evitar erros de interpretação.

A população da pesquisa compreende 106 entidades de Utilidade Pública Federal das capitais da região sul e sudeste do Brasil, disponíveis no sítio do Ministério da Justiça, que qualificaram sua titulação nos anos de 2010, 2011 e 2012.

O método de amostragem é intencional e não probabilístico; foram selecionadas apenas as entidades que possuíam dados disponíveis no Relatório de Prestação de Contas com acesso público. A Tabela 1 apresenta a composição da amostra em cada ano e por capital brasileira.

Tabela 1: Amostra da pesquisa

Estado	Capital	Amostra por Ano		
		2010	2011	2012
SC	Florianópolis	1	2	2
RS	Porto Alegre	1	1	1
PR	Curitiba	4	4	7
ES	Vitória	1	1	1
RJ	Rio de Janeiro	2	4	8
MG	Belo Horizonte	12	14	17
SP	São Paulo	8	22	22
Total de observações		29	48	58

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a Tabela 1, a amostra está distribuída por capital das regiões sul e sudeste e, por ano observado. Cabe destacar que se obteve 135 observações, sendo 29 em 2010, 48 em 2011 e 58 em 2012. O número de observações corresponde às entidades que dispunham do relatório de prestação de contas com acesso público referente aos anos observados.

Os dados coletados referem-se à área de abrangência dessas entidades, o número de beneficiários que são atendidos, bem como as fontes dos recursos. Desse modo, utilizou-se o relatório circunstanciado de prestação de conta anual com acesso público disponíveis no sítio do Ministério da Justiça do Brasil.

As informações coletadas são referentes ao setor de Utilidade Pública Federal - UPF com ano de qualificação de titulação de 2010, 2011 e 2012 selecionadas por Unidade de Federação e por município. Em cada entidade verificou-se o demonstrativo do resultado do exercício para obter as receitas líquidas. Além disso, utilizou-se o relatório de origem das fontes de recursos que custeiam as atividades com o objetivo de identificar o percentual de distribuição conforme a origem dos recursos (receitas) dessas entidades. Para obter o número de beneficiários atendidos, buscou-se no relatório de apresentação da atividade e, para verificar onde atuam verificou-se no relatório de área de abrangência.

A fim de verificar a atuação e interdependência governamental das entidades de utilidade pública federal das capitais da região sul e sudeste do Brasil, realizou-se uma análise de conteúdo, e também análise descritiva dos dados por meio do *software* SPSS®.

Conforme Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo compreende diversas técnicas para se analisar as informações com o intuito de “obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”.

Para atingir o objetivo proposto referente à atuação, foi verificada a área de abrangência das entidades e o número de beneficiários, sua evolução temporal e sua relação com os recursos das entidades. Em um segundo momento, para analisar a interdependência governamental das entidades examinou-se a origem das fontes de recursos que custeiam as atividades por ano.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados está dividida em duas etapas, a primeira análise consiste em verificar a atuação por meio da análise da área de abrangência das entidades, número de beneficiários e recursos por beneficiários. Na segunda etapa da análise analisar-se-á a interdependência por meio da análise da origem das fontes de recursos.

Para verificar a atuação conforme a área de abrangência das entidades de Utilidade Pública Federal analisou-se o relatório circunstanciado, conforme disposto na Tabela 2.

Tabela 2: Área de abrangência total

Área de abrangência	Percentual
Municipal	68%
Regional	1%
Estadual	17%
Nacional	13%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apresentado na Tabela 2, 68% das entidades pesquisadas atuam em âmbito municipal, em esfera estadual são 17% das entidades, em nível nacional tem-se 13%, e apenas 1% atuam em nível regional.

A fim de verificar a distribuição em percentual da área de abrangência pelas capitais analisadas, apresenta-se a Tabela 3.

Tabela 3: Área de abrangência por capital

Estado	Capital	Área de abrangência			
		Municipal	Regional	Estadual	Nacional
SC	Florianópolis	100%	0%	0%	0%
RS	Porto Alegre	100%	0%	0%	0%
PR	Curitiba	50%	12%	38%	0%
ES	Vitória	0%	0%	0%	100%
RJ	Rio de Janeiro	56%	0%	44%	0%
MG	Belo Horizonte	75%	0%	15%	10%
SP	São Paulo	88%	0%	3%	9%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 3, verifica-se que Florianópolis e Porto Alegre possuem 100% das entidades com abrangência municipal. A capital Vitória, por sua vez, concentra 100% das entidades com atuação nacional. Em Curitiba há 50% das entidades com abrangência municipal, 12% regional e 38% estadual. Na capital Rio de Janeiro, 56% das entidades atuam no município e 44% no estado. Belo Horizonte possui distribuição de 75%, 15% e 10% com atuação municipal, estadual e nacional, respectivamente. Já na capital São Paulo, 88% das entidades têm alcance municipal, 3% estadual e 9% nacional.

A Tabela 4 apresenta um panorama da distribuição das entidades, o número de beneficiários atendidos por capital e por ano, bem como o total de recursos recebidos e a sua distribuição por beneficiário.

Tabela 4: Atuação das entidades de utilidade pública federal

Ano	UF	Capital	Nº beneficiários	Total de recursos (R\$)	Recurso por beneficiário (R\$)
2010	SC	Florianópolis	3.800	820.683,17	215,97
	RS	Porto Alegre	50	189.160,10	3.783,20
	PR	Curitiba	4.189	1.616.791,48	385,96
	ES	Vitória	2.331	2.460.776,66	1.055,67
	RJ	Rio de Janeiro	1.789	7.574.336,47	4.233,84
	MG	Belo Horizonte	1.466.877	50.112.804,93	34,16
	SP	São Paulo	121.160.021	63.672.197,91	0,53
		Total	122.639.057	126.446.751,72	
2011	SC	Florianópolis	58.626	841.802,49	14,36
	RS	Porto Alegre	50	214.670,62	4.293,41
	PR	Curitiba	4.006	4.780.648,80	1.193,37
	ES	Vitória	2.915	993.785,75	340,92
	RJ	Rio de Janeiro	2.733	8.799.379,15	3.219,68
	MG	Belo Horizonte	1.642.649	37.283.846,84	22,70
	SP	São Paulo	187.225.849	184.140.158,22	0,98
		Total	188.936.828	237.054.292,87	
2012	SC	Florianópolis	65.466	925.911,49	14,14
	RS	Porto Alegre	50	215.318,26	4.306,37
	PR	Curitiba	13.924	5.098.495,77	366,17
	ES	Vitória	2.915	1.053.547,77	361,42
	RJ	Rio de Janeiro	18.889	13.765.184,16	728,74
	MG	Belo Horizonte	4.741.261	63.398.909,75	13,37
	SP	São Paulo	144.362.842	219.593.661,82	1,52
		Total	149.205.347	304.051.029,02	

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4, pode-se verificar a atuação das entidades de Utilidade Pública Federal das regiões sul e sudeste do Brasil, por meio do número de beneficiários. Observa-se que no ano de

2010, o número total de beneficiários atendidos foi 122.639.057. Em 2011 passou para 188.936.828, verificando-se assim, um aumento de 54%. Já no ano de 2012 percebe-se que houve um decréscimo, comparado com o ano de 2011, de 21%, sendo o total de 149.205.347 beneficiários atendidos.

A discrepância percebida nos recursos por beneficiário no ano de 2010, entre a capital do Rio de Janeiro e de São Paulo deve-se ao fato de que o Rio de Janeiro recebeu recursos significativos para atender os 1.789 beneficiários. E este valor elevado de recursos por beneficiários diminuiu em 2011 e diminuiu, mais ainda, em 2012 devido à elevação de beneficiários atendidos, que em 2010 era de 1.789 e 2012 passou para 18.889. E o valor de R\$ 0,53 de recursos por beneficiários, em 2010 de São Paulo é devido à capital apresentar o maior número de pessoas atendidas.

No ano de 2011, Porto Alegre apresentou recursos por beneficiário no valor de R\$ 4.293,41 e este número elevado é devido à quantidade inferior do número de beneficiários encontrados, comparado às demais capitais. São Paulo, por sua vez, apresentou o valor de R\$ 0,98 gasto com recursos por beneficiários e este baixo valor, comparado às demais capitais, deve-se a uma quantidade significativa de beneficiários atendidos, ou seja, no ano de 2011, 187.225.849 beneficiários foram atendidos.

No ano de 2012, a maior diferença observada, também se refere às duas capitais: Porto Alegre e São Paulo. Nesse contexto, as discrepâncias percebidas referem-se ao fato da quantidade de beneficiários, que no caso da primeira foi de 50 e na segunda foi de 144.362.842 beneficiários atendidos. Em ambas as situações ocorreram aumentos no valor dos recursos por beneficiários. Essas elevações estão atreladas ao fato de que os recursos recebidos foram maiores nas duas capitais e São Paulo reduziu o número de beneficiários atendidos.

Elaborou-se a estatística descritiva do número de beneficiários, considerando os dados de todas as capitais.

Tabela 5: Estatística descritiva do número de beneficiários

	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
2010	17.519.865	50	121.160.021	45.704.272
2011	26.990.975	50	187.225.849	70.659.549
2012	21.315.050	50	144.362.842	54.287.499

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os dados dispostos na Tabela 5 percebe-se que a média do número de beneficiários atendidos pelas entidades no ano de 2010 foi de 17.519.865, no ano de 2011 foi de 26.990.975 e no ano de 2012 foi de 21.315.050. O número mínimo e máximo de beneficiários atendidos foi de 50 e 187.225.849, respectivamente, observado no ano de 2011, ocasionando assim, um desvio padrão de 70.659.549.

Realizou-se a estatística descritiva dos recursos por beneficiário, considerando todas as capitais, conforme a Tabela 6.

Tabela 6: Estatística descritiva dos recursos por beneficiário

	Média	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
2010	1.387,05	0,53	4.233,84	1.829,48
2011	1.297,92	0,98	4.293,41	1.758,25
2012	827,39	1,52	4.306,37	1.557,19

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados da Tabela 6, a média de recursos por beneficiário oscilou significativamente entre os anos analisados. No ano de 2010 a média foi de R\$ 1.387,05, diminuiu para R\$ 1.279,92 em 2011 e ficou em R\$ 827,39 no ano de 2012. Já em relação aos valores máximos verificados de recursos por beneficiário foram semelhantes, sendo R\$ 4.233,84 em 2010, R\$ 4.293,41 em 2011 e R\$ 4.306,37 em 2012. Observa-se também que o valor por beneficiários variou bastante, apresentou em 2010 um desvio padrão de R\$ 1.829,48, em 2011 de R\$ 1.758,25 e em 2012 de R\$ 1.557,19.

Com o intuito de analisar a interdependência governamental verificou-se o montante dos recursos recebidos pelas entidades, bem como a origem das fontes dos recursos que custeiam as atividades, os serviços e os projetos realizados. Os recursos das entidades podem ter origem própria, privada, pública, internacional privada ou ainda, internacional pública.

Os recursos com origem própria são decorrentes da prestação de serviços da entidade e das mensalidades ou doações dos membros ou associados. Os recursos de origem privada são provenientes de doações e parcerias com empresas e com entidades privadas, assim como recursos de doações eventuais. Quando a origem é pública referem-se a recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas. Os recursos com origem internacional privada são decorrentes de entidades e de organizações internacionais e os internacionais públicos são oriundos de países estrangeiros, ONU, etc.

A Tabela 7 apresenta a distribuição em percentual dos recursos das entidades conforme sua origem por capital brasileira e por ano.

Tabela 7: Origem das fontes de recursos

Ano	UF	Capital	Total Recursos	Recursos (%)				
				Própria	Privada	Pública	Intern. Privada	Intern. Pública
2010	SC	Florianópolis	820.683,17	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	RS	Porto Alegre	189.160,10	80,00%	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%
	PR	Curitiba	1.616.791,48	70,23%	7,68%	15,68%	6,42%	0,00%
	ES	Vitória	2.460.776,66	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	RJ	Rio de Janeiro	7.574.336,47	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	MG	Belo Horizonte	50.112.804,93	94,54%	2,92%	1,74%	0,80%	0,00%
	SP	São Paulo	63.672.197,91	57,69%	4,49%	37,83%	0,00%	0,00%
2011	SC	Florianópolis	841.802,49	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	RS	Porto Alegre	214.670,62	80,00%	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%
	PR	Curitiba	4.780.648,80	91,37%	3,80%	4,83%	0,00%	0,00%
	ES	Vitória	993.785,75	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	RJ	Rio de Janeiro	8.799.379,15	91,02%	6,95%	0,00%	2,03%	0,00%
	MG	Belo Horizonte	37.283.846,84	77,73%	17,00%	4,61%	0,66%	0,00%
	SP	São Paulo	184.140.158,22	83,53%	2,40%	13,29%	0,79%	0,00%
2012	SC	Florianópolis	925.911,49	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	RS	Porto Alegre	215.318,26	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	PR	Curitiba	5.098.495,77	91,55%	4,56%	3,89%	0,00%	0,00%
	ES	Vitória	1.053.547,77	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	RJ	Rio de Janeiro	13.765.184,16	73,73%	13,50%	1,97%	10,79%	0,00%
	MG	Belo Horizonte	63.398.909,75	44,06%	11,00%	43,86%	1,08%	0,00%
	SP	São Paulo	219.593.661,82	57,39%	2,05%	39,38%	1,18%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 7 é possível verificar a distribuição das fontes de recursos. Na capital Florianópolis e Vitória, as entidades analisadas são totalmente independentes do governo, pois não receberam recursos no período estudado. Em Porto Alegre, nos anos de 2010 e 2011, 20% dos recursos foram de origem pública e no ano de 2012, não houve recebimento de recurso do governo. Analisando Curitiba observou-se que todos os anos houve recursos repassados, porém ao longo dos anos analisados, percebeu-se uma menor dependência dos recursos públicos, sendo de 15,68%, 4,83% e 3,89% nos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Na capital Rio de Janeiro, observou-se que a origem dos recursos públicos ocorreu somente no ano de 2012, sendo de 1,97%. Belo Horizonte, por sua vez, apresentou a maior dependência das entidades analisadas no ano de 2012, sendo de 43,86% e nos demais anos, apresentou 1,74% em 2010 e 4,61% em 2011. Por fim, a capital São Paulo, no ano de 2010 apresentou 37,83% dos recursos de origem pública, em 2011 apresentou uma redução para 13,29%, retornando em 2012 uma dependência superior aos anos anteriormente analisados de 39,38%.

Para analisar a interdependência governamental total das entidades é preciso verificar o percentual que cada fonte de recurso representa, conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8: Interdependência governamental das entidades de utilidade pública federal

Fontes de recursos	2010	2011	2012
Própria	75,48%	82,76%	55,88%
Privada	5,18%	5,29%	4,81%
Pública	18,96%	11,16%	37,74%
Internacional Privada	0,38%	0,79%	1,57%
Internacional Pública	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: dados da pesquisa

Por meio da Tabela 8 verificou-se que no ano de 2010, a maior fonte de origem dos recursos foi própria, correspondente a 75,48%, os recursos privados correspondem a 5,18%, os recursos públicos 18,96% e os recursos de origem internacional privado de apenas 0,38%.

No ano de 2011, o cenário da participação do governo foi de 11,16%, inferior aos recursos próprios das entidades, que foi de 82,76%, porém superior aos recursos oriundos de origem internacional privada, sendo de 0,79%.

Em 2012, os recursos foram de origem própria, privada, pública e internacional privada, sendo de 55,88%, 4,81%, 37,74% e 1,57%, respectivamente.

Destaca-se que ano 2012 a interdependência das entidades de Utilidades Públicas Federal aumentou em comparação aos anos anteriores, correspondeu a 37,74% do total dos recursos recebidos pelas entidades. No entanto, este aumento decorre de uma única entidade de Belo Horizonte que nos anos de 2010 e 2011 não recebeu recursos público e 2012 recebeu do governo recursos que refletiu significativamente no percentual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em verificar a atuação e interdependência governamental das entidades de utilidade pública federal das capitais da região sul e sudeste do Brasil. Desse modo, a pesquisa caracterizou-se como descritiva, documental e quantitativa e a amostra constituiu-se de 135 observações, sendo 29 em 2010, 48 em 2011 e 58 em 2012.

Para que se atingisse o objetivo proposto, analisou-se a atuação das entidades de

utilidade pública federal por meio da área de abrangência e pelo número de beneficiários. Observou-se que 68% das entidades pesquisadas atuam em âmbito municipal, 17% em esfera estadual, 13% em nível nacional e apenas 1% atuam em nível regional. No que se refere ao número de beneficiários atendidos, verificou-se que no ano de 2010, o número total de beneficiários atendidos foi 122.639.057. Em 2011 passou para 188.936.828, verificando-se, assim, um aumento de 54%. Já no ano de 2012, percebe-se que houve um decréscimo, comparado com o ano de 2011, de 21%, sendo o total de 149.205.347 beneficiários atendidos.

Quanto à interdependência governamental das entidades analisaram-se as fontes de origem dos recursos recebidos. Para tanto, verificou-se que no ano de 2010, a maior fonte de origem dos recursos foi própria, correspondente a 75,48%, os recursos privados correspondem a 5,18%, os recursos públicos 18,96% e os recursos de origem internacional privado de apenas 0,38%. No ano de 2011, o cenário da participação do governo foi de 11,16%, inferior aos recursos próprios das entidades, que foi de 82,76%, porém superior aos recursos oriundos de origem internacional privada, sendo de 0,79%. Em 2012, os recursos foram de origem própria, privada, pública e internacional privada, sendo de 55,88%, 4,81%, 37,74% e 1,57%, respectivamente.

Frente aos resultados expostos, alguns estudos anteriores podem ser mencionados. Santos, Oliveira e Rocha (2013) verificaram que a maioria das entidades analisadas apresentaram fontes variadas de recursos, sendo 48% próprios e 39% públicos. No estudo de Fontes e Eichner (2001), nas instituições pesquisadas, a cooperação internacional representou a maior fonte de recursos, sendo de 59,6% e o governo contribuiu com 23%. Por outro lado, Andrade (2002) verificou que a principal fonte de recurso foi a doação privada com 43,32%, em seguida, o governo com 30,04% e, por fim, os recursos próprios com 26,64%. No estudo de Horochovski (2003), ao verificar o grau de dependência dos recursos públicos, constatou que 36,51% das entidades demonstraram uma fraca dependência do Estado, 22,22% média, 10,32% alta, 10,32% fortíssima e 20,63% não indicaram suas fontes de recurso.

Dessa forma, quanto à atuação conclui-se que a maior parte das entidades de Utilidade Pública Federal analisadas tem abrangência municipal e em segundo lugar, no âmbito estadual. No que se refere à quantidade de beneficiários observou-se que ocorreu uma evolução no período analisado. No que tange à interdependência governamental conclui-se que, de maneira geral, as entidades de Utilidade Pública Federal analisadas não dependem exclusivamente dos recursos públicos para desenvolverem suas atividades. Os resultados obtidos corroboram os estudos de Fontes e Eichner (2001), Andrade (2002), Horochovski (2003) e Santos, Oliveira e Rocha (2013), no sentido de que não verificaram dependência, por parte das entidades de terceiro setor, de recursos provenientes de fontes governamentais.

Um fator limitante deste estudo na delimitação da amostra refere-se ao fato de as prestações de contas não serem disponibilizadas de modo temporal, mas sim por ano de qualificação de titulação das entidades. Outra limitação está atrelada ao fato de muitas entidades não permitirem acesso público das prestações de contas, ou mesmo existir dificuldades na coleta dos dados destas entidades. Para pesquisas futuras, sugere-se que seja verificada a atuação e interdependência nas demais capitais brasileiras e também, que sejam analisados outros tipos de entidades sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

- AIOLFI, A.; FILHO, G. V.; FILHO, O. A. N.; MACHADO, R. S. **Guia Prático para Entidades Sociais**, Brasília, Secretaria Nacional de Justiça. Ed. Artector Gráfica, 2009.
- ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro setor**: história e gestão de organizações. Summus Editorial, 2006.
- ANDRADE, M. G. V. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas**. 2002, 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa

de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Ed. 70, Lisboa, 1977.

BETTIOL JUNIOR, A.; VARELA, P. S. Demonstrações contábeis para instituições do terceiro setor: um estudo do statement of financial accounting standards Nº. 117 (FAS 117). In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo. **Anais**. São Paulo.

BORGES, G. M. C.; LOPES, F. D.; MOL, A. L. R.; BORGES, E. F. Imagens do terceiro setor: a percepção de pais e responsáveis financeiros das organizações educacionais do terceiro setor situadas em Natal/RN. **INTERFACE** – Natal/RN, v.9, n.1, jan/jun, 2012.

BORGES, G. M. da C. Imagem do Terceiro Setor: Um Estudo com Pais e Responsáveis Financeiros das Organizações Educacionais. Natal. **Dissertação**. Mestrado em Administração. Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo social**, v. 12, n. 2, p. 237-255, 2000.

FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor. **Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor**. Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 25-33, 1997.

FERRAREZI, E. O novo marco legal do terceiro setor no Brasil. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 20, 2001.

FISCHER, R. M. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 40, n. 1, 2005.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de administração**, v. 33, n. 1/2, p. 12-19, 1998.

FONTES, B. A. S. M; EICHNER, K. **Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias**. Editora da Universidade Federal de Pernambuco, p. 49-76, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HENDERSON, K. Alternatives to imposed administrative reform: the NGOs. **International Journal of Public Sector Management**, v. 10, n. 5, p. 353-363, 1997.

HOROCHOVSKI, R. R. Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 1, n. 1, p. 109, 2003.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor - o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: 2008.

LANDIM, L. **Ações em sociedade**. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de

desenvolvimento sócio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

Ministério da Justiça - <<http://portal.mj.gov.br/oscip/main.asp?ViewID=%7B3891F04C-F853-43C9-B986-9B84BE01FE95%7D¶ms=itemID=%7B97D078A3-869C-49F0-86FC-5AF79F411533%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>> Acesso em: Maio de 2014.

Ministério da Justiça - <http://portal.mj.gov.br/oscip/main.asp?View=%7BAFE5E30D-EE44-4EC7-B535-10F6F53FC483%7D> Acesso em: Maio de 2014.

MOSLEY, J. E.; GROGAN, C. M. Representation in Nonelected Participatory Processes: How Residents Understand the Role of Nonprofit Community-based Organizations. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 23, p. 839-863, 2012.

OLAK, P. A. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais**. 1996. 273p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 3. ed. atual. de acordo com as Leis n. 11.638/07 e 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2010.

PACE, E. S. U. Metodologias de Avaliação de Desempenho com a Criação de Valor como Contribuição ao Planejamento das Organizações Sem Fins Lucrativos. 2009, 410 F. **Tese de doutorado** (Doutorado em Administração de Empresas), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 1, jan./mar., p. 5-11, 1998.

_____. The crisis of the nonprofit sector and the challenge of renewal. **National Civic Review**, v. 85, n. 4, 1996.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: explaining the non profit sector cross-nationally. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 9, n. 3, 1998.

SANTOS, L. M. L.; OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; ROCHA, J. C. M. O perfil do terceiro setor na cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 37-51, jan./jun., 2013.

SOARES, A. C. A. A.; MELO, M. C. de O. L. Gestão do terceiro setor: uma prática social? **Revista de Gestão**, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2010.

SOUZA, F. J. V. de; DANTAS, E. B.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, M. C. da. Prestação de Contas no Terceiro Setor: Uma Análise das Entidades Possuidoras do Título de utilidade Pública Federal no Estado do Rio Grande do Norte. **ConTexto**. Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 105-116, 1º semestre 2012.

VILANO VA, R. C. N. Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo, 2004. 167p. **Dissertação** (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

WEISBROD, B. **The Voluntary Nonprofit Sector**, Lexington Books, Lexington, Massachusetts, 1977.